



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RAQUEL BRENDA MARTINS DA SILVA**

**A PRÁTICA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA  
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE  
MARACANAÚ**

**FORTALEZA 2017.1**

**RAQUEL BRENDA MARTINS DA SILVA**

**A PRÁTICA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA  
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE  
MARACANAÚ**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes.

FORTALEZA 2017.1

RAQUEL BRENDA MARTINS DA SILVA

**A PRÁTICA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA  
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE  
MARACANAÚ**

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

(Orientadora)

Faculdade Ratio

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Rosa Ângela de Brito Falcão

Faculdade Ratio

---

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Francisca Emmanuella Saraiva Martins

Faculdade Ratio

A Deus, pelo dom da vida. E à minha mãe,  
Raimunda Barros, pelo amor incondicional,

pelas orações e por ter sempre me apoiado e dado coragem para concluir esta graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, que abençoou e iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

À minha querida mãe, Raimunda Barros Martins e a meu pai, João Martins da Silva, que pela arte de amar incondicionalmente um ao outro me geraram e souberam me amar e educar, transmitindo os mais valorosos saberes, compartilhando comigo cada vitória, cada derrota, cada lágrima e alegria. O meu eterno agradecimento. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Kelly Barros, Jonas Barros e à minha sobrinha, Joana Barros, por dividirem longos anos de estudo e paciência, ajudando-me, ouvindo minhas reclamações, dúvidas, enfrentando comigo novos desafios, pois sei que vocês estarão ao meu lado, mesmo eu sendo chata, às vezes, e estressada. Amo vocês.

À minha querida orientadora que aceitou, sem hesitação, a orientação deste trabalho. Além de ter me ensinado os caminhos para a realização desta pesquisa, sempre se mostrando solícita a tudo e a qualquer momento. Uma professora sábia e generosa; e uma pessoa adorável e carinhosa. A você, o meu mais sincero agradecimento.

Às professoras Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes (minha orientadora), Ms. Francisca Emmanuella Saraiva, e Ms. Rosa Ângela Brito Falcão que participaram da banca examinadora desta monografia. Agradeço pelas importantes contribuições e pelas sábias sugestões para o aperfeiçoamento deste trabalho. A vocês, minha consideração e respeito.

Ao Curso de Serviço Social e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos, a experiência em produção compartilhada na comunhão com amigos foi essencial para a minha formação acadêmica.

Às minhas amigas Ana Maria Silva e Ivoneide Costa, pela sincera amizade e por todos os momentos partilhados.

Aos profissionais do CREAS de Maracanaú pela atenção, disponibilidade e pela contribuição nesta caminhada. Muito obrigada!

À Gestão do Sistema Único de Assistente Social – GESUAS, responsável pela concretização desta pesquisa. Agradeço a todas pela atenção, disponibilidade e por acreditar neste trabalho.

Enfim, a todos(as) que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desta monografia, eu agradeço imensamente.

“Eu, eu quero esquecer o quanto eu chorei  
E quanto eu sofri por amar você  
Eu quero saber aonde eu errei pra sofrer assim  
Preciso esquecer, uhhh preciso esquecer  
Bem-me-quer, mal-me-quer, no começo é  
sempre assim  
Com o tempo se vão as pétalas, ficam só os  
espinhos  
Cupido da sedução, romance, laço da paixão  
É rompido pelo tapa ou na bala de um oitão  
Lágrimas escorrem, na sequência depressão  
Violência doméstica aprisionou minha luxão  
O perfume da jasmim, ladrão, tá do teu lado  
Violentar não vai adiantar, tem que saber é dá  
um trato  
Cadê aquela sedução, aquele romantismo  
Não machuca, não bata (mantenha o  
cavalheirismo)  
Cuidado com a rosa-choque, com a mulher  
bandida  
Pra te arrastar têm várias, pra te amar só uma  
em vida  
Como é bom ver o pôr-do-sol com a sua  
amada de manhã  
Apreciar a luz da lua com champanhe de maçã  
Sobre as ondas do mar, escutar o canto das  
gaiivotas  
Sussurrar um poema no ouvido dela (é disso  
que mulher gosta)  
Violência doméstica, não concordo com esse  
fato

Se cair na cadeia (pelos bandido é tirado)  
Viva um conto de fadas romance de ilha  
perdida”

(Musica – Atitude Feminina)

## **RESUMO**

A violência contra a mulher é um fenômeno recorrente na sociedade, e inclui abusos físico, psicológico, moral, sexual e patrimonial. Esses tipos de violência podem ocorrer na rua, cinema, carnaval e, principalmente, dentro de quatro paredes. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral: compreender como se dá a prática da equipe Multidisciplinar no CREAS de Maracanau para o combate da violência doméstica. Tem como objetivos específicos: identificar o perfil da mulher vítima de violência doméstica atendida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social; discorrer sobre o conceito de violência doméstica, relação de gênero e patriarcado; e discorrer sobre as políticas públicas de combate à violência contra a mulher no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Para a realização da pesquisa, adotou-se uma abordagem de cunho qualitativa, que nos permitiu fazer a pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada, em que se colheram informações sobre a demanda da rotina de trabalho da equipe multidisciplinar do CREAS de Maracanau. Este trabalho apresentou os resultados seguintes: de acordo com os profissionais entrevistados, existe pouco conhecimento sobre as pessoas que sofrem violência doméstica, elas não se reconhecem dentro da própria violência, para onde vão, se vêm para o serviço, os próprios equipamentos das políticas são confusos, qual se deve procurar primeiro, há uma dificuldade em relação a isso. As próprias pessoas que estão procurando o serviço não conhecem o que é a violência doméstica, o que está na Lei Maria da Penha.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica. Relações de Gênero. Política de Assistência Social.

## **ABSTRACT**

Violence against women is a recurring phenomenon in society, which includes physical, psychological, moral, sexual and property abuses. These types of violence can occur in street, cinema, carnival and especially within four walls. In this sense, the present study has as general objective: to understand the practice of the Multidisciplinary Team in the CREAS of Maracanaú to fight domestic violence. Its specific objectives are: to identify the profile of the woman victim of domestic violence assisted by the Specialized Reference Center for Social Assistance; discuss the concept of domestic violence, gender relations and patriarchy; and discuss public policies to combat violence against women in the Specialized Reference Center for Social Assistance. For the accomplishment of the research, a qualitative approach was adopted, which allowed us to make the field research, bibliographical research and semi-structured interview, in which information was collected on the work routine demand of the multidisciplinary team of CREAS of Maracanaú. This work presented the following results: according to the interviewed professionals, there is little knowledge about the people who suffer domestic violence, they do not recognize themselves within the violence itself, how to come to the service, the equipment of the policies itself is confusing, to whom should they look first, there is a difficulty in this regard. The very people who are looking for the service do not know what domestic violence is, what is in the Maria da Penha Law.

**Keywords:** Domestic Violence. Gender Relations. Social Assistance Policy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

GESUAS – Gestão do Sistema Único de Assistência Social

SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

UFC – Universidade Federal do Ceará

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. APRESENTANDO O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Aproximação com o objeto .....	16
2.2 A inserção em campo .....	17
2.3 A coleta de dados e os sujeitos da pesquisa .....	20
<b>3. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER ENQUANTO UMA DAS EXPRESSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO .....</b>	<b>22</b>
3.1 Relatos históricos sobre a violência contra a mulher .....	22
3.2 Conceituações e tipificações da violência contra a mulher .....	24
3.3 Machismo, patriarcado e relações de gênero. ....	28
<b>4. A PRÁTICA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO CREAS DE MARACANAÚ NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....</b>	<b>33</b>
4.1 A Política de Assistência Social e o trabalho do CREAS.....	33
4.2 As ações desenvolvidas pela equipe multidisciplinar do CREAS .....	36
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a violência tornou-se um problema central para a sociedade, sendo um assunto discutido e estudado por várias áreas do conhecimento. Violência vem do latim *violentia*, que significa caráter violento ou bravo. Segundo o dicionário Aurélio, violência seria ato de violento, qualidade de violento ou até mesmo ato de violentar. Segundo Cavalcante (2007), a violência é caracterizada como qualquer tipo de ato que cause constrangimento, ofensa, abuso, brutalidade, agressões físicas, psíquicas, moral, patrimonial, dentre outros, contra alguém.

A violência contra a mulher constitui-se como uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis. Esse fenômeno acontece no mundo inteiro e atinge mulheres em todas as idades, graus de instrução, classe social, raças e orientação sexual. Tal violência não é um acontecimento dos dias atuais, mas vem de séculos e se fundamenta na tradição patriarcal, que propaga o suposto dever de submissão da mulher ao homem. Segundo Fraga (2000), “a violência acompanha o homem desde o início da civilização”. Essa violência, o autor chama de “original”, exercitada como uma necessidade pela sobrevivência diante de fatores que não apresentavam saída a não ser a própria violência.

Os dados coletados no balanço de 2013 da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), serviço prestado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da República (SPM-PR), indica que os autores das agressões relatadas são: em 81% dos casos, pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas. Em 22% dos casos, isso ocorre no período de um mês a um ano do relacionamento. Em 42% dos casos, a violência é diária. Em 32% a ocorrência é semanal.

Tapas, empurrões, murros, estupros, violência psicológica são características comuns de violências praticadas contra a mulher. O agressor usa meios de discriminação, podendo ser: humilhação, desprezo ou responsabilizando a vítima pelo que está ocorrendo. Segundo Soares (2005, p. 13), “ainda na sua forma típica, a violência doméstica contra a mulher envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressão físicas e sexuais variadas”.

Os dados coletados no balanço de 2015 da Central de Atendimento à mulher (Disque 180), entre os meses de janeiro a outubro, são alarmantes, pois mostram que as agressões semanais são de 33,86%, crescendo em média 38,72% diariamente (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015).

Os registros indicaram que 67,36% dos casos de violência foram cometidos por homens que já tiveram algum vínculo afetivo com elas: companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiro, ex-cônjuges. No entanto, cerca de 27% dos outros casos de agressão eram por um familiar, amigo, vizinho ou conhecido da vítima (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, 2015).

No primeiro semestre de 2015, o total de casos de violência contra a mulher era de 63.090 denúncias feitas ao disque denúncia, 31.432 corresponderam a agressões físicas (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência sexual (4,86%). Cerca de 77,83% das vítimas tinham filhos, sendo que 80,42% presenciaram ou sofreram a violência junto com a mãe (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015).

Após alguns anos da implantação da Lei Maria da Penha, em 2006, o número de casos de violência doméstica contra a mulher no estado do Ceará tem se destacado negativamente pelo rápido crescimento dos crimes violentos e letais, tornando-se recentemente a capital mais violenta de homicídios contra a mulher. Após a Lei Maria da Penha, o número de casos de violência doméstica contra a mulher no Ceará ainda cresce. A Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (SSPDS) registrou uma média de 11 casos de violência doméstica por dia, total de 1.338 vítimas de violência doméstica, sendo 501 casos de ameaças e 475 de lesão corporal dolosa (COMPROMISSO E ATITUDE LEI MARIA DA PENHA, 2015).

O estudo realizado em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o Instituto Maria da Penha e com o Instituto de Toulouse (França), demonstra que aproximadamente 3 em cada 10 mulheres nordestinas (27,04%) sofreram pelo menos um episódio de violência doméstica ao longo da vida. Em termos de violência física, Salvador (BA), Natal (RN) e Fortaleza (CE) são as três cidades mais violentas da região, respectivamente. O anúncio da pesquisa assinala os 10 anos da Lei Maria da Penha.

Em todas as capitais nordestinas, 55,2% das mães que sofreram agressões físicas reportaram que os filhos testemunharam o episódio ao menos uma vez, ou seja, mais da metade dos casos de violência contra a mulher é presenciada pelos filhos. O estudo também revela que 20,1% das mulheres souberam de agressões sofridas pelas respectivas mães durante a infância, ou seja, 1 em cada cinco mulheres em idade fértil já tinha sido exposta à violência doméstica por suas respectivas mães ainda durante a infância.

Considerando-se todas as capitais, 12,3% das mulheres disseram que o atual parceiro ou ex-parceiro (mais recente) soube de agressões físicas sofridas pela mãe deles. Além disso, 64,6% das mulheres que sofreram agressão durante a gravidez disseram que essas agressões ocorrem no primeiro trimestre de gestação.

Já faz algum tempo que ocorreram dois casos que repercutiram não só aqui no Brasil, mas no mundo todo. Constatamos na mídia casos brutais de violência contra a mulher. O caso do ex-policial Mizael e o caso do goleiro Bruno são exemplos que tomaram grandes repercussões. De acordo com Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a violência contra a mulher é geralmente ignorada pela mídia: quando surgem casos, principalmente com pessoas famosas, que chegam aos jornais, é que a sociedade efetivamente se dá conta de que aquilo acontece cotidianamente. As “mulheres são violentadas, são subjugadas cotidianamente pela desigualdade”, afirmou a ministra.

Considerando a problemática apresentada, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral compreender como se dá a prática da equipe multidisciplinar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social no Combate à Violência Doméstica.

Tem como os objetivos específicos: identificar o perfil da mulher vítima de violência doméstica atendida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social; discorrer sobre o conceito de violência doméstica, relação de gênero e patriarcado; e discorrer sobre as políticas públicas de combate à violência contra a mulher no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O interesse pela temática da violência doméstica contra a mulher ocorreu a partir das minhas observações de um caso de uma vizinha que sofria violência constantemente e nunca teve coragem de denunciar seu companheiro. Ela argumentava para a vizinhança que dependia financeiramente dele, bem como tinha receios porque o mesmo já tinha passagem pela polícia.

Outra motivação essencial para a elaboração do tema citado diz respeito a um familiar meu ter vivido um caso categorizado como violência doméstica, o que despertou um interesse empático desse trabalho em relação à questão, todavia sem desviar-se do foco analítico dedicado ao tema.

Nesse novo quadro conjuntural, Iamamoto (1999) lembra que o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as mudanças da realidade social. Entre as novas competências exigidas está, sobretudo, a produção de conhecimento sobre a realidade social em que cada profissional atua para dar suporte ao processo de intervenção. Seja no espaço da violência contra a mulher ou em

qualquer outro espaço ocupacional, o assistente social intervém sobre um objeto de trabalho, ou seja, sobre esse incide alguma ação profissional. Por isso, para o assistente social, é essencial o conhecimento da realidade em que atua, a fim de compreender como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais. No caso, trabalhando com a temática da violência contra a mulher, o profissional de Serviço Social necessita aprofundar seu conhecimento sobre as múltiplas determinações que decorrem do mesmo.

A violência ultrapassa fronteiras geográficas, renda, idade, etnia e orientação sexual, atingindo assim crianças, jovens, mulheres e idosos. Dessa forma, esse grave problema tem que ser reconhecido e enfrentado, tanto pela sociedade como pelo Estado, seja por meio da criação de políticas públicas que contemplem sua prevenção e combate, assim como o fortalecimento da rede de apoio à vítima. A violência contra a mulher deve ser compreendida como uma grave violação dos direitos humanos, pois, além de afrontar a dignidade da pessoa humana, impede o desenvolvimento pleno da cidadania feminina.

A cada ano, milhares de mulheres são mortas pela violência em todo o mundo. Porém, essa violência não se traduz apenas em abusos físicos, mas também sexuais, patrimoniais, psicológicos e morais. A violência contra a mulher no espaço doméstico era entendida como um tipo de abuso o qual marido e mulher deveriam resolver sozinhos, conforme o conhecido ditado: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. No entanto, com a inovação da Lei Maria da Penha, o Estado toma para si a responsabilidade de proteger as mulheres desses abusos, deixando então de ser uma questão meramente de âmbito privado. Essa Lei, portanto, constitui-se em um grande avanço na luta das mulheres pela erradicação, prevenção e punição da violência.

Em virtude da preocupação com esse tipo de realidade que é vivenciada por mulheres em todo o mundo, instrumentos internacionais foram criados. São eles: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979, que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981; o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos.

Para o desenvolvimento deste estudo, optamos por uma metodologia de abordagem de cunho qualitativo. Para Minayo (1996, p. 269), “é onde permitirá aproximar-nos dos fatos ocorridos na realidade da teoria existente e do assunto analisado”. Possibilita uma

aproximação do pesquisador com o pesquisado. Neste trabalho, interessa-nos compreender as narrativas dos sujeitos entrevistados sobre o trabalho desenvolvido do Centro de Referência Especializado de Assistência Social no município de Maracanaú, que por sua vez fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais e coparticipação das situações dos informantes, analisando a partir da significação que esses dados dão aos seus atos.

Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica, elaborada com base em material já publicado em artigos científicos e livros. Pretende-se analisar as seguintes categorias: violência doméstica, relações de gêneros e política de assistência social. Heleieth Saffioti, Ricardo Antunes, Mary Del Priore, Maria Cecilia Minayo e Antonio Carlos Gil, Maria do Socorro Ferreira Osterne, Lei Maria da Penha são autores selecionados. Sobre política de assistência social, Maria Carmelita Yazbek e Marilda Villela Iamamoto.

A pesquisa de campo se dá na observação de fatos, fazendo a coleta de dados referentes ao tema da pesquisa, analisando e interpretando-os, com base em uma fundamentação de teoria consistente, com o objetivo de compreender e explicar o problema pesquisado. Segundo Gil (2008, p. 14), a “pesquisa de campo é realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevista com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre nessa realidade”. Conforme foi dito anteriormente, o campo de pesquisa CREAS de Maracanaú justifica-se pelo fato de ser uma unidade especializada, responsável pela oferta de orientação e apoio à população que teve seus direitos violados.

Como amostra, selecionamos quatro profissionais: Coordenadora, Assistente Social, Psicólogo e Educador Social, que disponibilizam atendimento às vítimas de maus tratos físicos e psíquicos que residem no município de Maracanaú. Para a análise dos dados coletados, faz-se uso do método dialético crítico embasado nas categorias propostas por Marx, que seriam: totalidade, contradição, historicidade, cotidiano e mediação.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, por possibilitar aplicações nos mais diferentes campos do conhecimento humano. O roteiro foi aplicado de forma individual aos participantes da pesquisa. Foi composto de questões subjetivas que avaliaram a percepção do participante sobre a violência doméstica.

A pesquisa obedeceu aos aspectos éticos da pesquisa de campo, sendo autorizada pela Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GESUAS, seguindo as recomendações da resolução 466. Inicialmente o projeto foi apresentado no GESUAS, onde foi analisado e aprovado. Em campo, os profissionais foram informados inicialmente sobre os objetivos da

pesquisa. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo informados de que poderiam desistir a qualquer momento da pesquisa.

Considerando que para compreender a realidade é preciso uma visão da totalidade dos fatos, esta pesquisa buscou aprender aspectos relevantes sobre a realidade social investigada, bem como trazer reflexões sobre o objeto de estudo.

A pesquisa em questão encontra-se disposta em três capítulos. Todo o processo da pesquisa foi marcado por uma visão crítica necessária para compreender o fenômeno do qual trata este trabalho monográfico. No primeiro capítulo apresento o percurso metodológico da pesquisa, focando nos caminhos de aproximação com o campo da pesquisa. No segundo capítulo, aborda-se a violência contra a mulher enquanto uma das expressões das relações de gênero, tratando da violência contra a mulher no Brasil, que permeia a vida dessas pessoas no contexto social abordado. No terceiro capítulo é discutido o trabalho do CREAS de Maracanaú no combate à violência doméstica. Nessa direção, podem ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência contra a mulher e até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção.

No próximo item abordaremos como se deu a aproximação com o sujeito da pesquisa.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

### 2.1. Aproximação com o objeto

Eu tinha nove anos de idade quando a temática da violência doméstica apareceu na minha<sup>1</sup> vida. Embora eu fosse criança, pude observar determinadas mulheres, tias, amigas próximas e cunhadas vivendo em situação de constrangimento, violência física, violência psicológica. Naquela época, eu não tinha maturidade para entender o que estava acontecendo, também não entendia porque elas sofriam, mas, ao mesmo tempo, permaneciam naquela relação.

Quando passei a entender os tipos de relacionamentos abusivos na minha família, tanto fora como dentro de casa, comecei a perceber que muitas delas tinham vergonha de deixar seus respectivos maridos, companheiros ou namorados. Elas alegavam que não tinham para onde ir, dependiam financeiramente do seu companheiro, tinham os filhos que necessitavam da criação do pai, dependência psicológica e algumas delas expulsavam o marido, ele pedia desculpa, dizia que não iria mais fazer isso e voltava para casa. Passava um tempo e depois o ciclo retornava de novo, só que mais agravado, havendo humilhações, traições, alguns desses companheiros deixavam filhos e esposa com fome e saíam para se divertir.

Quando completei 15 anos, comecei a participar do grupo de jovens do CRAS do Jereissati I. Passei a observar determinadas situações, em que os companheiros de grupos passavam a relatar casos de violência doméstica dentro de suas casas. Eles também relatavam situações sobre os companheiros de suas mães e irmãs, que essas dependiam financeiramente deles. Como eles diziam, elas gostavam deles, então permaneciam nessa situação constrangedora. Um caso que mexeu com a minha curiosidade foi que um desses rapazes do grupo tinha uma irmã que era homossexual, e que a mesma tinha um relacionamento com uma companheira e ele relatava que existiam muitas brigas, tapas, empurrões, da parte dessa companheira, mas elas não se deixavam porque, como ele dizia, havia uma dependência da irmã em relação à sua cônjuge.

Quando entrei para o curso de Serviço Social em 2013, sempre que tinha a oportunidade de fazer algum trabalho relacionado a área eu escolhia essa temática, porque fez

---

<sup>1</sup> Peço licença ao leitor para me dirigir a ele na primeira pessoa, pois trato neste capítulo sobre a minha aproximação com o objeto, como se deu a inserção em campo e o trajeto metodológico.

parte do meu cotidiano e que me marcou, instigou a tentar entender por que essas mulheres permaneciam nesse ciclo de violência doméstica.

No segundo ano de faculdade, comecei a pesquisar: assistia a documentários de casos de violência doméstica, programas de TV, analisava o porquê do homem querer ser tão dominador em relação à mulher. Pensava eu que havia uma idade para a ocorrência de violência doméstica, mas não, acabou que ao assistir aos noticiários percebi que era entre 18 em diante, não importava a idade, de modo que a mulher estava sujeita a passar por essas situações de vulnerabilidade, não importando a sua condição, se era adulta ou idosa.

Comecei a pesquisar mais sobre a violência contra o idoso, e o que encontrei me deixava triste, em ver que até uma idosa passava por esses tipos de situações, por essas situações de vulnerabilidade. Isso me deu vontade de fazer o TCC sobre a violência doméstica.

No terceiro ano de faculdade, senti-me indecisa, comecei a estagiar em uma unidade de acolhimento, e já dentro do campo percebia que as políticas públicas voltadas para a violação de direitos deixavam a desejar. Então fiquei com dois temas de pesquisa, mas só poderia escolher um. Até um determinado dia, quando presenciei um desconhecido fazendo violência psicológica contra uma idosa e depois descobri que essa pessoa tinha parentesco com essa idosa. Foi a partir desse acontecimento que resolvi falar sobre violência doméstica.

No último ano de faculdade, escolhi o campo da pesquisa que seria o CREAS de Maracanaú. No próximo item, abordarei como se deu a inserção em campo.

## **2.2. A inserção em campo**

A chegada ao campo não foi tão fácil, pois inicialmente tive que reformular o projeto de pesquisa várias vezes. Fiquei com vontade de fazer o meu projeto de pesquisa no CRAS de Maracanaú, pois decidi fazer a pesquisa onde moro. Comecei a observar e pesquisar sobre trabalhos que abordassem violência doméstica e, para meu espanto, só achei um projeto de violência doméstica referente ao tema que pesquisei, enquanto em Fortaleza há infindáveis projetos relacionados ao tema.

Quando comecei a estagiar no Centro de Reabilitação de Maracanaú, eu que sou residente achava que não tinha um CREAS em Maracanaú. Foi aí que perguntei à minha supervisora de campo se existia um CREAS em Maracanaú, ela disse que sim e, para minha total surpresa, é na mesma avenida onde eu trabalho. Mudei de planos e, em vez de fazer a pesquisa no CRAS, optei por fazê-la no CREAS. Tive o meu primeiro contato na instituição

onde queria fazer a pesquisa de campo, quando fui chamada para participar de um curso que a UECE, juntamente com o CREAS, iria administrar. Fiquei muito feliz porque até então não sabia que iria passar por vários percalços no caminho.

Cheguei no dia do curso muito empolgada e, quando terminou, perguntei se seria possível conversar com a coordenadora do CREAS. Ela disse que sim, falei que gostaria de fazer a minha pesquisa de campo lá, ela me orientou que eu teria que ir à Secretaria de Assistência Social e Cidadania – (SASC), pois o meu projeto seria analisado pela Gestão do Sistema Único de Assistência Social - (GESUAS). Eu falei que iria lá, mas de certa forma fiquei angustiada pelo processo que teria pela frente. Passou um mês e depois fui ao CREAS de novo, então a coordenadora me explicou tudo de novo e foi então que ela disse que eu poderia ligar de lá. Fiquei nervosa inicialmente por falar com a responsável que libera a pesquisa, conversei com ela e fiquei de ir outro dia com o projeto de TCC 1 todo pronto. Mal sabia eu que teria um grande trabalho pela frente. A responsável que autoriza a pesquisa começou a me orientar, que se eu quisesse o meu projeto aprovado teria que fazer as modificações necessárias, comecei a fazer os ajustes, levava para a minha orientadora, ela dizia uma coisa, chegando lá a outra pessoa dizia outra. Ela ficava com o projeto e ficava de me dar o retorno, dois dias depois ela me ligava, eu ficava muito apreensiva com medo de não dar certo a pesquisa de campo.

Até que ela me chamou para conversar, foi muito sincera, disse que do jeito que estava esse projeto ela não iria liberar a pesquisa e pela quantidade de tempo para a defesa do TCC 2, ela disse que não daria tempo para defender. No momento fiquei triste e foi aí que decidi abandonar a cadeira de TCC 2. Estava esgotada, meio que chateada, teria que passar pelo processo de novo. Familiares, amigos próximos diziam para desistir do campo da pesquisa, mas eu tinha me determinado que eu iria fazer no CREAS.

Em 2017, mudei de orientadora e foi a partir daí que as coisas começaram a fluir. Em abril mandei de novo o projeto e se passou quase um mês para me darem uma resposta. Nesse ínterim, ia para minha orientação, falei que não tinha recebido nenhuma resposta, mas liguei e só diziam que estava em análise. Percebi que tinha que procurar um plano B, decidi tentar a pesquisa de campo na Delegacia da Mulher de Maracanaú, liguei, marquei a visita, mas quando foi no dia a Delegada estava fechada. Peguei o telefone e de tarde liguei, ficou marcado para quarta-feira da última semana de abril, passei a tarde toda para ser atendida, fui ser recebida às quatro e quarenta da tarde, deixei o questionário com as perguntas com a própria Delegada. O atendimento foi muito bom, ela foi bastante esclarecedora, mas, quando chego em casa, a tão esperada ligação veio: deixaram recado para eu entrar em contato que

era urgente; fiquei feliz, mas ao mesmo tempo fiquei surpresa. Quando foi no outro dia, tinha acabado de ir para o trabalho quando a Fabiana liga pedindo para falar comigo, mas como eu não estava em casa, meu pai foi atrás de mim, e na mesma hora liguei. Conversamos e ela me pediu que eu fosse o mais rápido possível no GESUAS, perguntei a ela se iriam liberar o campo da pesquisa e ela disse que a Lidiany queria falar comigo. Marquei de ir à tarde no mesmo dia.

Chegando lá, Lidiany me chama para conversar. Fiquei um pouco receosa porque pensei “será que ela vai pedir para modificar a pesquisa?”. Fiquei tão surpresa quando ela disse que iria liberar o campo, mas contanto que modificasse o questionário e que colocasse em observação a metodologia qualitativa. Eu fiquei eufórica, ria para todo mundo e coincidiu que no mesmo dia a orientadora estava na faculdade, perguntei se ela poderia me atender, expus o caso, foi resolvido o questionário e quando foi na segunda-feira muito cedo enviei o e-mail. Passei dois dias esperando a resposta, quando foi na quarta feira do mês de abril, ela me liga dizendo que foi liberado o campo da pesquisa no CREAS de Maracanaú, eu disse a ela que não poderia ir buscar a carta de encaminhamento, mas que meu pai iria. Quando cheguei em casa, a primeira coisa que perguntei foi “cadê a carta de encaminhamento?”, olhei e fiquei muito orgulhosa de mim mesma, junto com a minha orientadora.

Quando foi na quinta feira dia 25/06/2017, apresentei-me na instituição junto com a carta de encaminhamento, pedi para falar com a coordenadora do CREAS, perguntaram o que era e mostrei a carta de encaminhamento. Pediram para eu esperar cerca de 20 minutos para ser atendida, falei com a assistente social e ela disse que não poderia falar comigo naquele dia, mas ficou marcado para fazer a coleta de dados no dia 30/05/2017. Quando chegou o dia, eu estava muito ansiosa, mas enfim encarei mais essa. Chegando lá fui muito bem recebida, fiz a entrevista com as três pessoas que estavam lá, mas tinha um porém: a coordenadora estava de férias, ficou marcado com ela na primeira semana de junho no dia 05/06/2017 às 09h00min horas da manhã. Eu estava em um estado de nervos difícil e pedi para a assistente social ligar e confirmar mesmo se ela estaria lá. Foi confirmado, mas eu teria aula de libras, e decidi então faltar à aula. Quando chega o grande dia, me apresentei na instituição, onde fui ao encontro da coordenadora. A entrevista durou 2 duas horas e ela foi muito receptiva, tanto nas informações como no atendimento

### 2.3. A coleta de dados e os sujeitos da pesquisa

Conforme dito anteriormente, a instituição possui uma assistente social, uma coordenadora, duas psicólogas e três educadores sociais. Foi feito contato com uma psicóloga, porém só foi possível realizar as entrevistas com quatro pessoas da equipe do CREAS, conforme relatado na introdução. Foi elaborado brevemente um roteiro de entrevista semiestruturada, com roteiro previamente escrito, com o objetivo de obter respostas para uma compreensão sobre a perspectiva da equipe multidisciplinar no enfrentamento da violência doméstica.

A primeira entrevista foi realizada no dia 30 de maio do ano de 2017, no horário de 09h00min da manhã na própria instituição; a segunda entrevista ocorreu no dia cinco de junho de 2017. Foi permitida a gravação das respostas, ressaltamos que os nomes das entrevistadas que contribuíram voluntariamente com esse trabalho serão aqui substituídos e representados por nomes químicos, para que seja mantido o sigilo dos sujeitos da pesquisa.

Agora será delineada uma breve descrição dos profissionais da equipe multidisciplinar da instituição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, por serem esses os mais ligados à violência doméstica, família e comunidade. Tendo em vista a importância em conhecer o perfil desses atores envolvidos na pesquisa para uma maior compreensão do tema em estudo, busca-se assim oferecer apenas informações relevantes.

Toda a entrevista foi transcrita antes de ser utilizada no trabalho, para que fosse realizada a escolha dos trechos considerados significativos. Os sujeitos da pesquisa são somente profissionais do CREAS, tendo em vista o recorte na atuação que esse desenvolve na instituição escolhida.

A assistente social tem 40 anos de idade, trabalha na instituição há cinco anos, formou-se em 2002. Tem duas especializações: a primeira em serviço social, trabalho e ética; a segunda em serviço social, direito social e política pública, formada pela UECE.

Já o educador social tem 56 anos de idade. Formado geólogo pela UECE em 2004. Trabalha há vinte dois anos na política de assistência social.

A psicóloga tem 30 anos de idade, formou-se em 2012, cursando especialização em psicopedagogia; trabalha na política de assistência social há cinco anos, mas faz só dois anos e dez meses que trabalha na proteção social especial.

A coordenadora tem 45 anos, formou-se em 1994, tem especialização em saúde mental, trabalha na política assistencial social há dez anos. Percebia na fala da mesma os instrumentais utilizados na proteção social especial.

Sempre embasados no código de ética da profissão e nos equipamentos socioassistenciais, demonstram afinidade com as leis e com os equipamentos das redes de proteção. Após essas considerações, o estudo procede abordando o próximo capítulo: a violência contra a mulher enquanto uma das expressões das relações de gênero.

### 3. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER ENQUANTO UMA DAS EXPRESSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

#### 3.1. Relatos históricos sobre a violência contra a mulher

A violência contra a mulher tanto ocorreu no passado como se perpetua na sociedade atual. Ao longo da história, esse problema atinge não só mulheres brancas, mas as negras, pois ambas são vistas como mero objeto de satisfação masculina. Segundo Diniz:

A violência contra mulher não é nenhuma novidade diante da atual sociedade. Desde os tempos mais remotos, a violência já se fazia presente, não só no Brasil como também nos demais países. A Igreja Católica evidentemente teve uma grande influência na idéia de submissão da mulher ao homem. Na Bíblia sagrada, em seu primeiro livro chamado “Genesis,” a mulher é construída a partir de uma costela do homem, vindo depois da existência deste, para fazer-lhe companhia. No mesmo livro bíblico, o primeiro pecado do mundo é provocado pelo desejo feminino e pela desobediência de Eva ao oferecer o fruto proibido a Adão (2006, p. 10).

A violência doméstica não é um problema recente, além de atingir todas as classes sociais, esse tipo de violência doméstica é considerado a pior entre as mulheres, provenientes das relações entre homem e mulher.

A partir desses conflitos, crescem a cada dia mais casos de violência doméstica e familiar, já que algumas mulheres continuam mantendo uma convivência familiar com seus agressores, criando sentimentos de impotência quando a mulher não consegue manifestar sua indignação ou mesmo quando não se faz ouvida pelo seu algoz, mantendo-se um aparente relacionamento feliz.

É tanto que a obra de Jorge Amado retrata no livro *Gabriela Cravo e Canela* que, inclusive nesse período, houve uma verdadeira quebra de paradigmas, já que desafiou de maneira direta e indireta os costumes e tradições vividas na sociedade dessa época. Gabriela sensualizava, era divertida, atraente, fora sua simplicidade de ser.

A violência contra a mulher se tornou uma marca triste para a nossa sociedade, lembrando que a mulher passou por um longo processo de amadurecimento no decorrer dessas lutas, tornando-se protagonista para os movimentos sociais, buscando igualdade tanto no posicionamento, como na questão do trabalho, lutando por melhores condições mínimas para sua sobrevivência. De acordo com Dias:

No século XIX, no Brasil, mulheres eram obrigadas a ficar dentro dos espaços domésticos ou dos conventos para se protegerem da violência das ruas. Poucas se

apresentavam nos espaços públicos e, quando o faziam, era com um luxo muito grande, ou seja, usando vestidos caros, joias de grande valor financeiro, com o intuito de mostrar as pessoas da sociedade sua classe ou lugar social (1984, p. 62-68).

Contudo essa era a minoria, pois a grande maioria era pobre, sem condição financeira e que iam para os serviços domésticos e eram obrigadas a esconder seus corpos ao saírem para os espaços públicos. Elas não tinham o direito de usar o espaço público como os homens, apenas pelo fato de serem mulheres, embora também não seja possível negligenciar outras variáveis desse processo de exclusão social, como a condição de pobreza ou a cor da pele de muitas. As poucas vezes em que saíam, eram cobertas, escondidas, como se devessem algo à sociedade, tamanhas eram as desigualdades.

Toda essa vigilância em torno da mulher nesse período era necessária para resguardar a virgindade, fidelidade e honra. Assim cabia à mulher em parte a responsabilidade pela manutenção da honra dos homens da família a qual pertencia. Para Dias:

Período colonial brasileiro é marcado de preconceitos em relação às mulheres e valorização do homem. Nesse contexto, a condição de raça ou classe era apenas um agravante da condição de subalternidade das mulheres. Ricas, pobres ou “escravas”, cada uma tratada de uma maneira, mas a violência e discriminação eram para com todas. Dizendo de outro modo, os níveis de opressão, podemos dizer, eram variados, a depender da classe e da raça, mas todas as mulheres estavam submetidas ao mesmo sistema cultural que as colocava em posições subalternas aos homens. Desde as negras que eram escravizadas assim como as índias, que sofriam violência sexual, as mulheres brancas pobres, mães solteiras que eram rejeitadas, tanto pela sociedade quanto pela igreja, até as senhoras ricas casadas, que eram obrigadas a suportar a violência e os infortúnios de seus maridos (1984, p. 62-68).

Também é possível lembrar os direitos que lhes eram negados, como o acesso à educação formal. Assim, para algumas mulheres, o destino já estava traçado: o cuidado com a casa, o marido e os filhos, bem como atividades artesanais como bordar e costurar tecidos, roupas, entre outros, era uma espécie de sina, considerando a dificuldade em tratar tais caminhos como escolha e sim como obrigação.

Por isso é comum ainda nos dias atuais que as mulheres no espaço doméstico se ocupem especialmente do cuidado dos filhos e do preparo dos alimentos caseiros, remetendo ao ditado comum no Brasil de que “mulher só dirige fogão”, uma expressão costumeiramente interpretada como “brincadeira” ou “piada”, mas que expressa de forma naturalizada o machismo dentro de nossa cultura atual.

O movimento feminista organizado no Brasil era composto por mulheres de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar, trabalhadoras de diferentes setores,

sindicalistas e intelectuais. Essas mulheres lutavam contra infindáveis violações dos direitos humanos das mulheres, pela visibilidade da violência de gênero e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Há muitos anos que a mulher sofre vários tipos de violência: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, financeira e negligência. No próximo item abordarei os tipos de violência e como se dá esse ciclo ocioso.

### **3.2. Conceituações e tipificações da violência contra a mulher**

O reconhecimento do problema da violência doméstica por parte das sociedades tem sido um longo processo que se estende até hoje, sendo resultado, exclusivamente, da mobilização e organização dos diversos movimentos feministas do mundo todo, fruto da resistência de milhares de mulheres que não se calaram frente às violências históricas perpetradas contra o segmento feminino.

Como elas passaram a fazer manifestações, sentiu-se a liberdade de expressão, mesmo que com isso fosse ser trazida insatisfação para a sociedade masculina, que não queria que a mulher tivesse autonomia.

Foi nesse contexto de lutas que o problema da violência doméstica veio à tona. O movimento de mulheres, que gritavam contra as violências sofridas por elas nos espaços da casa, passou a ser protestado via campanhas e passeatas contra esse crime.

Essas se propunham a tornar visível a violência contra a mulher, com a finalidade de não mais permitir nem tolerar a impunidade e garantir um acolhimento com dignidade. É onde se percebia que a mulher necessitava de infindáveis redes que efetivassem seus direitos e proteção.

Por isso, fez-se necessário criar efetivas políticas públicas para atender às demandas de violência que a sociedade estava trazendo, pela sua insatisfação com o sistema regido.

É a partir daí que se criam esses órgãos de proteção à violência contra a mulher, fazendo voz ativa contra o sistema simbólico.

A Convenção de Belém do Pará (1994, p. 16) afirma que “em 09 de junho em 1994, reconheceu que a violência doméstica, sexual e/ou psicológica contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e toda mulher tem direito a não sofrer violência doméstica, tanto na esfera pública quanto na privada”. Considerou-se ainda a condição indispensável para o seu desenvolvimento individual e social em todas as esferas da vida.

Maria da Penha é biofarmacêutica cearense e foi casada com o professor universitário Marcos Antônio Herredia Viveros. Em 1983, ela sofreu a primeira tentativa de assassinato,

quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Viveros foi encontrado na cozinha, gritando por socorro, alegando que tinham sido atacados por assaltantes. Dessa primeira tentativa, Maria da Penha saiu paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro.

A Lei 11.340, intitulada “Lei Maria da Penha”, foi sancionada em sete de agosto de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio da Silva. Dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro. Segundo A Lei Maria da Penha:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; ação parlamentar 15 Procuradoria Especial da Mulher IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (2010, p. 14-15).

Amparadas pela referida lei, as mulheres vítimas de violência podem buscar, além de proteção, a efetivação de seus direitos junto às Delegacias de Atendimento à Mulher, CREAS, CRAS, onde geralmente é realizado o registro das ocorrências, investigação das mesmas e, quando necessário, solicitada a aplicação das Medidas Protetivas. Segundo Antunes:

Existem três fases que explicam a dinâmica da relação entre o casal. São elas: do aumento da tensão, do ataque violento e do apaziguamento. A primeira se destaca pela discursão entre o casal, ou seja, “o bate boca”, como é chamado pode ser facilitado pelo uso de bebidas alcoólicas, drogas ou estresse (1998, p. 31).

Muitas das vezes os agressores procuram motivos para iniciar tais confusões, tais como: o ciúme, o abuso de álcool e outras drogas, acusam a mulher por a casa não estar limpa ou porque a comida não está feita ou do seu agrado, entre outros fatores.

Para Antunes (1998, p. 31), “relata segunda fase que a mulher é agredida fisicamente e psicologicamente pelo seu companheiro. Mesmo tentando se defender ela não consegue conter as agressões, pois é mais frágil”. Aqueles minutos intermináveis fazem com que a mulher se sinta como objeto, sem qualquer tipo de sentimento. A intensidade das agressões é bastante variada, acarretando, por vezes, graves e grandes lesões.

Segundo Antunes (1998, p. 31), “a última fase, a do apaziguamento se destaca pelo arrependimento do agressor. Depois de maltratar sua parceira, ele procura vários motivos para justificar a sua violência, tais como: ter bebido a mais que o de costume, não estar em um bom dia, não estava em sã consciência, dentre outros”. Em meio a todas essas desculpas, ele promete não maltratá-la mais, e com isso a trata de forma delicada e amorosa, fazendo-a acreditar que, de fato, essa foi a última vez.

A Lei Maria da Penha foi criada com mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8º do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas e de discriminação contra as mulheres e prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher: dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra mulher. “Conforme previsto na Constituição Federal em seu artigo 226, parágrafo 8º: O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (2010, p. 11).

Mesmo a mulher vivenciando esse ciclo, seja caracterizado pela insegurança, o medo e o terror; a esperança e amor também prevalecem. Muitas mulheres, embora vivam em situação de violência doméstica e familiar, preferem permanecer em seus lares, preservando a constituição da família, alimentando a esperança de ter um marido melhor, pois em uma relação que ela investiu tanto, ela tem a esperança que um dia irá melhorar.

O amor que elas dizem sentir por ele também faz com que elas se prendam a tal relação, pois ele também diz que a ama depois de ter cometido agressão, pede desculpa, fala que não acontecerá novamente. Entre os valores e as qualidades dos seus companheiros estão a boa reputação profissional, um bom pai, um bom provedor do lar, o respeito que inspira diante da comunidade, dentre outros. Essa ambivalência está presente na maioria das relações afetivas, dificultando ainda mais o enfrentamento da violência doméstica.

Algumas mulheres suportam por muito tempo e, até por toda a vida, a violência de seus companheiros. São, no dizer de SAFFIOTI (2004, p. 84), codependentes da compulsão do macho. A violência nesses casos se torna inerente à relação. Já outras mulheres expressam capacidades de resiliência, não se deixam abater por condições adversas. Umas apanham e se rebelam; outras não. Algumas denunciam, mesmo que recuem; outras se calam (OSTERNE, 2008, p. 180).

Destacaremos, a seguir, alguns tipos de violência que necessitam ser explicitados neste estudo. A violência de gênero contra a mulher é caracterizada como uma violência aplicada em relação à sua condição de mulher. Qualquer ato que cause morte, dano ou sofrimento físico, psicológico, sexual, moral, patrimonial e negligência, tanto nos espaços públicos como privados é considerado violência de gênero.

A primeira é aquela praticada no lar ou no âmbito doméstico. Acontece geralmente por um membro da família, mas que não seja necessariamente um parente, podendo ser tanto homem quanto mulher, adolescente ou adulto. As agressões podem ser: de abuso sexual, físico, ou psicológico, negligência.

Ocorre, predominantemente, no interior do domicílio, e uma de suas características mais relevantes, na concepção de Saffioti, é a sua rotinização. Por levarem uma vida mais reclusa, as mulheres estão infinitamente mais expostas a violência doméstica. Incide sempre sobre as mesmas vítimas e poderá torna-se habitual. [...]. Trata-se de um poder exercido entre homens e mulheres ou sobre os filhos, entre jovens e pessoas idosas, enfim, entre membros que mantêm vínculos familiares. Os agressores, portanto, podem ser encontrados entre qualquer uma das pessoas de convivência doméstica, no caso, pais, pai, mãe, filhos, padrasto ou madrasta, mulher, marido, avô, avó, tios e etc. (OSTERNE, 2008, p. 64).

São várias maneiras dessa violência se manifestar: estrangulamento, lesões por armas ou objetos, mordidas, chutes, empurrões, socos, tapas, dentre outros.

A segunda é conhecida como violência emocional, como descrita no inciso II do artigo 7º da Lei em vigor, caracterizada como qualquer ato que cause dano emocional, prejudicando a autoestima e impedido o pleno desenvolvimento psicossocial da mulher. É uma violência silenciosa, que pode tomar proporções desastrosas.

A violência psicológica, também, conhecida como violência emocional, é aquela capaz de provocar efeitos torturantes ou causar desequilíbrios/sofrimentos mentais. A violência psicológica poderá vir pela via das insinuações, ofensas, julgamentos depreciativos, humilhações, hostilidades, acusações infundadas, e palavrões (OSTERNE, 2011, p. 135).

A violência sexual, inserida no inciso II da Lei Maria da Penha diz que qualquer pessoa que utilizar o seu poder e a sua força física para obrigar a outra pessoa a fazer o ato

sexual sem o seu consentimento é caracterizado como violência sexual. Segundo o Ministério da Saúde,

A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. Inclui, entre outras: carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada, exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada, em situação inadequada impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro(a) em utilizar preservativo, ser forçado(a) a ter ou presenciar relações com outras pessoas, além do casal (BRASIL, 2002, p. 20).

A violência sexual muitas vezes é cometida por vizinhos, amigos próximos ou até companheiros, maridos, envolvendo um vínculo conjugal do espaço doméstico. Esse tipo de violência é muito difícil de ser falada, abrangendo companheiros e esposos, uma relação sexual imposta, e muitas vezes é despercebida porque faz parte do “dever conjugal”, ainda hoje considerado como direito do homem e dever da mulher.

Em se tratando de violência patrimonial, define-se no inciso IV do art. 7º como qualquer ato que afete a sobrevivência e o bem estar da pessoa, tais como: objetos pessoais ou de trabalho; retenção; destruição parcial ou total de documentos; bens; apropriação indevida de rendimentos; valores e direitos ou recursos econômico; recusa em pagar pensão ou dividir gastos que devem ser compartilhados, dentre outros. O Código Penal também destaca uma definição para esse tipo de violência, e entre outros delitos considerados contra o patrimônio estão: furto, dano e apropriação iné dita.

Segundo Osterne (2008, p. 61), “a violência moral como bem é falada no inciso V do art. 7º é caracterizada pela desmoralização da mulher”. Aqui se configura qualquer conduta que cause difamação, injúria ou calúnia.

Isso é um fato que não podemos deixar acontecer, porque cada caso tem as suas particularidades. É importante que as ações preventivas contra a violência, não importando o seu eixo, esclareçam as informações, protegendo-as desses agressores. No item seguinte abordaremos machismo, patriarcado e relações de gênero.

### **3.3. Machismo, patriarcado e relações de gênero**

Uma coisa classificada como feminina ou masculina, porém, não passa a ser classificada de outra maneira quando alguém do gênero oposto a pratica, exemplo: mulher jogar pipa, cortar cabelo curto, jogar bola de gude, beber cerveja, passar a noite fora, entre

outros. A ideia machista é, essencialmente, que nesse jogo de masculinidades e feminilidades, não importando o contexto, uma relação de poder rege sempre a hierarquização das coisas: a primazia do masculino e sobre o feminino.

São padrões que normatizam o que um homem deve fazer e o que uma mulher deve fazer. É uma identidade que se baseia num equilíbrio não muito exato, nem muito rígido entre essa “feminilidade” e “masculinidade”. O mesmo no caso dos homens. Uma mulher pode ser vista como “menos mulher” quando faz algo não feminino ou “mais masculino”, e um homem pode ser visto como “menos masculino” quando faz algo não masculino ou “mais feminino”.

Por isso, o machismo não é fácil de se extinguir; é preciso subverter toda uma lógica, desorganizar as bases mais sólidas sobre as quais o mundo inteiro hoje se apoia. Um pensamento machista existe em um poder hierárquico de gêneros, onde o masculino está sempre em posição superior ao que é feminino. Mesmo com os as conquistas alcançadas, há ainda mais homens na esfera pública, como na privada.

A ideologia<sup>2</sup> do machismo está impregnada nas raízes culturais da sociedade há séculos, em casa, nas ruas, TV, mídias e músicas. Nesse cenário, a mulher encontra-se em um estado de submissão ao homem, perdendo o seu direito de livre expressão ou sendo forçada pela sociedade machista a servir e assistir às vontades do marido ou do pai, caracterizando um tradicional regime patriarcal.

Não são apenas as mulheres que sofrem com o machismo, como forma de preconceito. Os homens homossexuais, ou mesmo os heterossexuais que se classificam como metrossexuais<sup>3</sup>, por exemplo, também são alvos de exclusão na sociedade machista. Quando um homem foge às ditas regras da masculinidade, já pode ser enquadrado como alvo de preconceito em uma sociedade machista.

Elas passaram a frequentar os espaços públicos, como as ruas, os teatros, os bailes e os salões de beleza. Com o tempo, surgiu uma rede de estabelecimentos, principalmente lojas, que possuíam como maior clientela as senhoras integrantes da elite imperial. Para Del Priore

O sistema patriarcal instalado no Brasil colonial sistema que encontrou grande reforço na Igreja Católica que via as mulheres como indivíduos submissos e inferiores, acabou por deixar-lhes, aparentemente, pouco espaço de ação explícita. Mas insisto: isso era apenas mera aparência, pois, tanto na sua vida familiar, quanto no mundo do trabalho, as mulheres souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de

---

<sup>2</sup> Ideologia pode ser um instrumento de dominação que age por meio de convencimento; persuasão, e não da força física.

<sup>3</sup> Metrossexual é vaidoso, possui cuidados excessivos com a imagem, que antes eram considerados exclusivos do universo feminino.

conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário (2000, p. 9).

Além disso, na medida em que a família e as relações entre os sexos mudaram, a ideia de sobrepujar, dominar cristaliza, pois praticamente impossibilita as mulheres de tentarem pensar em mudança, porque sofreriam alguma forma de retaliação, ou pelo pai, irmão ou marido.

As novas relações contemporâneas entre homem e mulher são quase igualitárias, no caso: os papéis invertidos. Homem lava louça e a mulher trabalha, há uma troca onde tanto essa mulher vai sofrer com o machismo como o companheiro vai ser chamado de “barriga branca”, “mulherzinha”, entre outros adjetivos.

Em 1916 foi criado o Código Civil Brasileiro, patriarcal e paternalista, no qual constava que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do seu marido. Em 1934, em meio ao governo provisório de Getúlio Vargas, uma nova constituição assegurou o voto da mulher. O trabalho feminino foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas somente em 1941.

O Estado de Bem-Estar Social<sup>4</sup>, característico do pós-Segunda Guerra, em 1945, girava em torno do pleno emprego masculino e propunha o cuidado feminino do lar. A mulher, beneficiária do suporte social assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do pai, marido ou irmão; quer dizer que a mulher não tinha autonomia de direitos, assim, desde o período colonial, havia exigência de submissão, recato e docilidade imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, sendo sempre totalmente submissa a ele.

Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres, além de ter que tolerar relações extramatrimoniais dos maridos com as escravas.

É comum observamos cotidianamente expressões do tipo: “tinha que ser homem” ou “só podia ser mulher”, expressões que ligam homens e mulheres ao fator biológico. E é por isso que nas diferenças de gênero ainda estão enraizadas as diferenças biológicas. Contudo, o

---

<sup>4</sup>Estado do bem-estar social que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

conceito de gênero permite desmistificar essas diferenças e ver como elas são transformadas através da prática social.

Devido às diversas mudanças na organização social familiar, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a família passa a assumir novos papéis que modificam relacionamentos entre homem e mulher, entre pais e filhos.

Sempre existiu uma intolerância sobre a sexualidade feminina. Enquanto a mulher que praticava o adultério era considerada “mulher fácil” e era insultada, jogada na rua, entre outras perversidades, para os homens a prática do adultério é tolerada no contexto de dominação e violência do homem sobre a mulher. É muito comum pensar em violência em uma relação de dominação e exploração referente à nossa cultura machista que acarreta problemas até os dias atuais.

Desde quando as pessoas nascem, assimilam o que é ser homem e o que é ser mulher. As crianças são educadas e criadas conforme modelo social já definido do masculino ao feminino, desde os padrões estéticos de vestimentas, postura e apresentação. Os meninos copiam os modelos dos homens adultos e as meninas os modelos das mulheres adultas. Segundo Safiotti:

A compreensão das relações de gênero implica que sejam entendidas como uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos, expressa através de relações de poder e subordinação, representada pela discriminação de funções, atividades, normas e condutas esperadas para homens e mulheres em cada sociedade. Ela ainda ressalta o papel fundamental das instituições de “poder” em legitimar os estereótipos sexuais. O papel das doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, sempre foi o de afirmar o sentido do masculino e do feminino, construído no interior das relações de poder (1992, p. 188).

Essa conduta desembocaria no abandono de nossas concepções de ser humano do sexo masculino e suas definições, tais como os varões filhos masculinos dos senhores da fazenda dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; macho, marido ou amante; Homem de lei; magistrado, advogado, oficial de justiça: Homem público; da rua, do povo, de Deus, do Estado, das letras, dos negócios.

Da mesma forma, cederiam nossas concepções de ser humano do sexo feminino e inúmeras definições de mulher, tais como o ser capaz de conceber e parir outros seres humanos, dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos - carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição; frágil, independente, fútil, amante, companheira, dona-de-casa, das piadas, sedutora, da zona, do amor, da perdição, do objeto sexual. Em troca das definições pré-estabelecidas, como exercício, adotaríamos as concepções comuns a todos os seres humanos,

homens e mulheres, tais como fortes e fracos; emotivos e racionais; autônomos e dependentes; inteligentes e capazes.

No próximo capítulo vamos entender como se dá a prática da equipe multidisciplinar no CREAS de Maracanaú no combate à violência doméstica, onde iremos conhecer tanto as políticas de assistência e como trabalha o CREAS.

## **4. A PRÁTICA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO CREAS DE MARACANAÚ NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

### **4.1. A Política de Assistência Social e o Trabalho do CREAS**

A partir da Constituição Federal de 1988, inaugura-se no país uma perspectiva para a implantação de uma política de assistência social. Ou melhor, de acordo com o artigo 194, a refeita constituição tem o tripé da seguridade social, onde passara a ser uma política para todos. Segundo Yasbeck,

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não (1997, p.13).

Houve um alargamento dos direitos sociais e do campo da proteção social no país, com a expansão da responsabilidade pública no enfrentamento de problemas até então deixados sob responsabilidade da iniciativa privada.

Todo esse processo de ampliação do conceito de direitos sociais e de políticas públicas culminou na organização das definições das frentes de ação que caracterizariam o Sistema de Proteção Social brasileiro: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, o qual é chamado hoje de tripé da Seguridade Social, cada uma com suas respectivas atribuições no que toca o enfrentamento das expressões da questão social e na viabilização do acesso aos direitos, tornando-se uma política pública que significa direito do cidadão e dever do Estado.

A Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 vem para regulamentar o que foi estabelecido na Constituição Federal de 1988. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública para garantir o atendimento às necessidades básicas na sociedade.

Em 2004, cria-se um documento, o PNAS, cuja política irá organizar o que foi estabelecido na constituição federal de 1988, LOAS de 1993. Passara a normatizar e regular a prestação de serviços, sejam de caráter público ou privado, para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. Para Yasbeck,

Lei inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do

mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social (2006, p.12).

Com base na PNAS, foi aprovada em 2005 a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulou a organização em âmbito nacional, com sistema descentralizado e participativo, que organiza ofertas de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em território nacional. Mas só foi regida a Lei em 2011 n° 12.435. Tinha em vista um detalhamento de operacionalização dos serviços a fim de integrar as demais políticas, efetivando, assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais.

Desde 2009 o Conselho Nacional De Assistência Social – CNAS atua junto com MDS, serviços que compõem o Sistema Único de Assistência Social, por meio da proteção social básica e proteção social especial. A proteção social básica nada mais é um serviço baseado no respeito à heterogeneidade das relações familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Tem por princípios norteadores a gratuidade do atendimento, cabendo exclusivamente a cada município ter sua implantação e para cada bairro deve ser ofertado esse serviço, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas demandas e potencialidades dentro do seio familiar. O trabalho social com famílias, assim, ocorre no sentido de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS.

Os usuários que utilizam esses serviços socioassistenciais são: famílias beneficiárias de programas de bolsa Família que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoa com deficiência ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. O objetivo do serviço é fortalecer a função protetiva da família contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Prevenir a ruptura dos vínculos familiares, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias

na rede de proteção social de assistência social; apoiar famílias que possuem dentre seus membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares entre outros.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), se dá na orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito e autonomia dessa pessoa.

Os usuários que utilizam esse serviço são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso; patrimonial ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual, raça ou etnia. Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações e submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir sua autonomia e bem estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

Geralmente as formas de acessar o serviço são através de identificação e encaminhamento dos serviços de proteção e vigilância social; encaminhamento de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de Segurança Pública; Demanda espontânea.

Portanto, cabe ao Estado e suas instituições consolidarem em rede, políticas públicas ofertando serviços e proteção para a quem dela necessitar. Os serviços previstos no CREAS, nesse primeiro momento, são: Serviço de Enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças, adolescentes; Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados; e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Esses serviços devem funcionar em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e da especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Nos serviços ofertados pelo CREAS podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar.

Abrem-se cada vez mais o rol de ações articuladas às demais políticas sociais. Com esses novos rearranjos é incorporada também a atuação de instituições privadas e mistas, como as organizações não governamentais, as quais são integradas ao processo por proverem as necessidades voltadas à “defesa dos direitos”, principalmente os direitos socioassistenciais.

A seguir apresentaremos os resultados da pesquisa de campo, ou seja, com se dá a prática da equipe multidisciplinar do CREAS de Maracanaú no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

#### **4.2. As Ações Desenvolvidas Pela Equipe Multidisciplinar do CREAS**

O CREAS está localizado na Avenida X, Senador Carlos JEREISSATI II em Maracanaú. De acordo com a coordenadora do equipamento, são compostas por uma assistente Social, dois psicólogos, três educadores sociais e equipe administrativa.

No Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Maracanaú são utilizados: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos. Deve ser ofertado na Unidade CREAS. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Dentre esses programas existe um acompanhamento de mulheres cujos direitos foram violados. O grupo de mulheres se reúne na primeira quinta-feira do mês, mas é só para usuárias. Faz dois anos que existe o grupo.

De acordo com a coordenadora do serviço, o perfil de mulheres que sofre violência doméstica é de 18 anos ou mais, não há uma idade contabilizada de faixa etária, qualquer idade está sujeita a passar por essas situações de vulnerabilidade.

As competências atribuídas à equipe multidisciplinar do CREAS de Maracanaú são: atendimento e referência para o trabalho social e especializado na proteção social especial de média complexidade. Há ainda competências relativas à: Oferta e referenciamento de serviços socioassistenciais especializados; Coordenação direta dos serviços ofertados; Coordenação

dos processos de trabalho e da equipe da Unidade; Articulação entre serviços prestados diretamente, pela própria Unidade, e serviços referenciados ao CREAS; Atuação em rede, por meio da articulação com a PSB e a PSE de Alta Complexidade, e articulação Intersetorial com a rede de serviços das demais políticas públicas e dos órgãos de defesa de direitos.

O trabalho aqui apresentado se deu a partir das percepções e das falas dos profissionais da proteção social especial. Para fundamentar essa discussão, faremos uma abordagem pontuando alguns trechos que julgamos pertinentes.

O Centro de Referência especializado de Assistência Social executa um trabalho em parceria com outros órgãos, unidades ou instituições, e devido à sua função e competência compõem a rede essencial de articulação do CREAS: CRAS; Gestão dos Programas de Transferência de Renda e Benefícios (PETI, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC) Serviços de Saúde, em especial a Saúde Mental; Órgãos de Defesa de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública); Rede de Educação; Serviços de Acolhimento. As análises que aqui nos propusemos a realizar resultam em entrevistas direcionadas aos profissionais da Instituição referida.

Após a autorização dos entrevistados para coleta de dados, esses serão aqui apresentados, como foi dito anteriormente, por nome que compete à sua função, para que assim suas identidades sejam preservadas, por questão de ética e sigilo da pesquisa apresentada. Foi analisado detalhadamente o conteúdo do material colhido, as falas foram cortadas e adequadas, de acordo com a escolha e necessidade do pesquisador.

Assim, seguiremos a ordem de apresentação de acordo com a sequência e realização das entrevistas, pontuando conforme percepção da assistente social que atua diretamente no CREAS, visando a uma compreensão de como se dá a intervenção do órgão referente à violência doméstica. A mesma ressaltou:

[...] As principais demandas na rotina de trabalho percebem que ainda existe pouco conhecimento sobre pessoas que sofrem violência doméstica. Para onde vão, se vêm para o serviço, os próprios equipamentos das políticas eles se confundem, quem deve-se procurar primeiro, tem uma dificuldade em relação a isso. As próprias pessoas que estão procurando o serviço não conhece [sic] o que é a violência doméstica, o que está na Lei Maria da Penha (Assistente Social).

Baseado na fala relatada pela assistente social, percebemos que a maioria das mulheres que moram em Maracanaú não se veem dentro desse ciclo de violência que o próprio companheiro faz. No entanto, mesmo que o companheiro seja denunciado, há tentativas dos profissionais para o fortalecimento da autonomia dessa mulher.

Nessa mesma perspectiva com relação a essa assertiva, apresentamos o relato deste outro profissional:

[...] a violência física é muito particular porque dentro dessa violação a mulher sofre outros tipos de violência, podendo ser psicológica, moral, quando for contabilizado no sistema o motivo dessa violência, vai entrar no registro duas específicas, no caso dois tipos de violência. O perfil socioeconômico vai ter diferentes perfis, quanto mais alto o poder aquisitivo é mais difícil que chegue nesse serviço, quando se tem condição financeira elas próprias tomam resoluções, afastamento do marido, divórcio, aqui a denúncia pode ser por terceiros, familiares próximos ou até mesmo a própria vítima, classe média, quanto mais renda tiver mais difícil será utilizado o serviço, quanto menos renda se utiliza o serviço (Psicóloga).

Quando a vítima começa a sofrer violência, primeiramente começa com os palavrões, vai denegrindo a imagem da pessoa; depois das agressões verbais começa a mexer com o psicológico dela, fazendo com que ela perca a sua autoestima. Há um processo todo, e quando fazem a denúncia e a pessoa tem certo poder aquisitivo, ela entra com o pedido de afastamento do agressor.

[...] discutir métodos e técnicas do encaminhamento familiar, instrumentais de trabalho, são: acolhida; planilhas, férias, planejamento anual da unidade CREAS, escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento; orientação sócio familiar; atendimento psicossocial; orientação jurídico social; referência e contra referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços sócio assistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; cadastramento das organizações e dos serviços sócio assistenciais; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; entre outros (Coordenadora).

Todo esse processo na parte de discutir métodos e técnicas é para garantir um maior efetivo, no atendimento individual, familiar, fomentar a autonomia das mulheres para que cada uma delas possa tomar decisões na sua vida e fazer articulação com as redes tanto dentro do município como fora.

Em Maracanaú não há casas de abrigos para proteção contra a mulher, geralmente a equipe multidisciplinar faz o encaminhamento para as casas de abrigo em Fortaleza, de modo que, no caso, a pessoa foi ameaçada porque seus direitos foram violados, se tiver reincidência, a casa de abrigos não aceita mais. São normas que a própria Unidade de Acolhimento repassa para o CREAS, então há uma certa dificuldade em locar essas mulheres. É um dos relatos que

assistente social faz: “[...] os equipamentos de rede socioassistenciais de Maracanaú não têm uma unidade de acolhimento em situações de violência contra a mulher”.

O acompanhamento do CREAS se dá no caso chegue a própria vítima por demanda espontânea, alguém que conhece amigos, parentes ou Ministério Público, CRAS, Posto de Saúde ou até mesmo o disque 100; depois que chega a demanda, é utilizada a escuta qualificada, visitas domiciliares, acompanhamento individual, acompanhamento. É um dos relatos que a coordenadora faz:

[...] Quando ocorre a denúncia, faz todo um mapeamento, uma escuta qualificada, atendimento domiciliar, mas o que ocorre vez ou outra é que a própria mulher sofreu algum tipo de violência e pede para retirar a queixa, outras vezes o próprio companheiro vai com a vítima na instituição e diz que é mentira, o alçoz diz que a vítima é que insulta (Coordenadora).

Para dois profissionais, foi perguntado sobre um estudo de caso, referente a alguns tipos de violência. Segundo relato da Assistente Social:

[...] A maioria são denúncias de violência psicológica, ameaça... Segundo um estudo de caso que repercutiu bastante foi em relação a uma usuária, inicialmente apresentou muita resistência em ser acompanhada, mas como sofria há anos estava em uma situação de vulnerabilidade, e ela permanecia no ciclo da violência. Tem uma escalada de gravidade, começou com palavras ofensivas, agressão física, o companheiro passou a manipular os filhos contra ela. Tanto que hoje o filho já está grande e não fala mais com ela, é agressivo, e hoje quem pratica violência verbal é o filho da usuária, deixa de falar com ela. Atualmente essa usuária faz acompanhamento no CAPS adulto, desenvolveu ao longo dos anos uma depressão profunda. Veio para o atendimento só três vezes, a maioria das vezes é a equipe que faz a visita domiciliar. Segundo a usuária, ela não sente nenhuma motivação para sair de casa.

É importante fazer um acompanhamento mais aprofundado, possibilitando as redes de proteção, mesmo que a usuária não tenha condições física e psíquica no momento atual. Mas é importante que a equipe não desista dessa usuária ou de outras que passam pelo mesmo contexto. O segundo relato se dá sobre outro estudo de caso, que foi impactante para a coordenadora. Nesse caso foram utilizadas praticamente as redes de proteção.

[...] Uma senhora que morava XXX, tinha relatado no CRAS que sofria de violência doméstica do companheiro. O CRAS fez o encaminhamento para o CREAS, onde essa senhora passou a ser acompanhada, foi onde ela relatou que sofria violência psicológica, física e sexual. Essa senhora tinha três filhos, foi para casa de abrigo junto com os filhos, depois de algum tempo retornou para o seu companheiro, continuou o relacionamento. Durante um tempo a violência tinha cessado, mas depois recomeçou. Segundo o relato do companheiro dela, a violência acontecia de forma dupla, tanto dele para com ela, como dela para com ele. Eles oficializaram a união e passaram algum tempo casados, mas nesse ínterim ela continuou relatando

que sofria violência: não deixava ela sair, não deixava ela falar com ninguém, queria ela dentro de casa, as roupas curtas não deixava ela usar. Quando foi um dia tiveram uma briga, ela retornou ao CREAS para pedir abrigo, só tinha um problema, o abrigo que antes ela tinha ido não aceitava reincidente de volta. Foi colocada em outro abrigo. Uma fala que a filha dela fez foi “mãe, a gente já tá indo de novo né, vai começar tudo de novo”. Quer dizer para aquela família já era recorrente o ciclo da violência.

Segundo a coordenadora, em 2015 foram inseridas 39 mulheres: 10 mulheres que sofreram violência física; 35 mulheres que sofreram violência psicológica; 3 mulheres que sofreram violência sexual; 7 mulheres que sofreram violência moral; 1 mulher que sofreu violência patrimonial; 9 que sofreram negligência. Em 2016, foram inseridas 20 mulheres: 5 que sofreram violência física; 13 mulheres que sofreram violência psicológica; não houve nesse ano mulheres que sofreram violência sexual; 1 mulher que sofreu violência moral; 3 mulheres que sofreram violência patrimonial; 7 que sofreram negligência.

O combate à violência contra a mulher também se dá pelo fato de compreender a situação em que essa mulher se encontra, se possui dependência econômica do parceiro, entre outros fatores que tornam essa mulher mais vulnerável à violência. Os resultados da pesquisa mostram que se faz necessário, em Maracanaú, centrar mais sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha, englobar mais as políticas de assistências e suas especialidades, de forma que o usuário consiga compreender para qual órgão deverá recorrer.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender com se dá a prática da equipe multiprofissional do CREAS de Maracanaú no combate à violência doméstica, proporcionando um debate sobre violência doméstica, relações de gênero e política de assistência social.

Foi possível identificar que todos(a) os entrevistados já trabalhavam há algum tempo com a política de assistência social. Cabe ressaltar que, mesmo com alguns avanços, como a inserção das mulheres no trabalho, tendo sua própria autonomia, deixando de lado o doméstico, essa ainda é uma área dominada em sua maioria pelos homens machistas. Isso é tão recorrente, especialmente historicamente falando e percebendo no cotidiano que há tanto o machismo como o patriarcalismo. Analisando a pesquisa em campo, foi diagnosticado que a cidade de Maracanaú retrata o machismo, trazendo-o para o dia a dia. Apesar disso, as entrevistadas afirmaram seguir firmes em seus propósitos e renovam suas energias para enfrentar os problemas cotidianos no reconhecimento de alguns órgãos públicos que não existem aqui em Maracanaú.

Através de seus relatos, é possível perceber que o que os profissionais buscam é mais igualdade, respeito e reconhecimento por parte da sociedade, para assim continuarem a desenvolver o seu trabalho, pois demonstram trabalhar no que gostam e amar o que fazem.

Considerando a importância que esse tipo de trabalho tem no funcionamento da vida em sociedade atualmente, cabe pensar sobre como é também útil promover o interesse das mulheres que residem em Maracanaú. Além, é claro, de construir parte do processo de produção da cidadania das mulheres, na medida em que sejam garantidos seus direitos.

O mergulho histórico conceitual permitiu identificar que a violência doméstica contra a mulher já acontecia ao longo do tempo. Mas a partir da Constituição Federal de 1988, essa transformação tem ganhado mais força e, a cada dia, as mulheres vêm conquistando o seu espaço nos diversos ramos e círculos sociais.

Por fim, acredito que a inserção em campo da equipe multiprofissional do CREAS tem sido um grande avanço não só para as mulheres, mas para toda a sociedade. Enquanto isso, novos limites se interpõem e novas estratégias precisam ser construídas para que não se perca de vista o papel do CREAS no município de Maracanaú.

O respeito à igualdade e à liberdade, penso, são elementos que devem ser compartilhados por todos. Tal pensamento veio sendo lapidado desde a minha inserção no curso de Serviço social no ano de 2013, na Faculdade Teológica Ratio, através de leituras,

pesquisas, discussões dentro e fora da sala de aula, bem como pela grande contribuição de renomados(as) professores(as). Tal compreensão se ampliou ainda mais a partir desta pesquisa, quando busquei compreender mais de perto a realidade vivenciada pelas mulheres que sofrem violência doméstica em Maracanaú, muito embora eu saiba que as reflexões aqui tecidas são apenas primeiras aproximações de um universo dinâmico e complexo de relações que merecem ainda posterior amadurecimento.

## REFERENCIAS

ANTUNES, M. A. **Mulheres Vítimas de Violência Conjugal**. Portugal, 1988. Disponível em <<http://www.apav.pt/manual/manual.cap2.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 2008.

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. 1994. Belém: Secretaria, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres: Presidência da República.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica?** NOB/SUAS. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. **Resolução nº 27**, 24 de fevereiro de 2005.

\_\_\_\_\_. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, APROVADA PELO Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004, e publicada de no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

\_\_\_\_\_. **LOAS (1993). Lei Orgânica de Assistência social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

DEL PRIORE, M. (ORG). **História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2004.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e Poder no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12º ed. São Paulo. Editora Hucitec. 2010.

OSTERNE, M. **Família, pobreza e gênero: lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2008.

SAFFIOTI, H. **Rearticulando gênero e classe social**. Id: Costa, A. 1992.

\_\_\_\_\_. **Gênero e patriarcado: violência contra a mulheres**. In: RECAMAN, G. (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

YASBECK, M. C. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 de LOAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXV, n° 77, mar. 2004.

YASBEK, M.; PAZ, R. **Serviços e Entidades de Assistência Social: Conceitos e Definições**. Relatório Final de Consultoria ao MDS. IEE/PUC-SP, 2003.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Perfil dos (a) Entrevistados

#### 1. Dados gerais dos participantes

- Nome \_\_\_\_\_
- Data de Nascimento: \_\_\_\_\_
- Você tem especialização \_\_\_\_\_
- Em que ano foi formada \_\_\_\_\_
- Há quanto tempo trabalha no CREAS de Maracanaú \_\_\_\_\_
- Há quanto tempo trabalha na Política de Assistência \_\_\_\_\_

#### 2. Quais as principais demandas de sua rotina de trabalho?

3. Qual o perfil socioeconômico das mulheres vítimas de violência doméstica que buscam atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social?

- 4. Como se dá o acompanhamento do CREAS às mulheres vítimas de violência doméstica?
- 5. Quais são as políticas públicas voltadas para mulheres que sofrem violência doméstica?

**ANEXOS**

## **ANEXO A – MODELO DE OFICIO PARA ENTRADA EM CAMPO**

À Coordenação do GESUAS – Maracanaú.

Ilmo Sra. Leidiane,

Em primeiro lugar agradecemos a sua valiosa contribuição para a realização do trabalho de Conclusão de Curso de nossa aluna Raquel Brenda Martins da Silva, com o tema: “O TRABALHO DA EQUIPE MULTIPROSSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ”.

Desse modo, a fim de esclarecer melhor sobre os objetivos da pesquisa e sua relação com o roteiro de perguntas, vimos por meio deste apresenta nossas justificativas.

1. Sobre as perguntas de “perfil”: No decorrer do texto final do TCC, a aluna vai apresentar brevemente as suas entrevistadas. Por isso é que elaboramos este pequeno roteiro. Mas podemos tirar a pergunta sobre o tempo de residência no Maracanaú.
2. A respectiva questão (Quais as principais demandas de sua rotina de trabalho?) está relacionada ao objetivo geral, que “compreender como se dá a prática da equipe multiprofissional no centro de Referência Especializado de Assistência Social no Combate da Violência Doméstica”. Com esta pergunta esperamos que a equipe nos forneça informações sobre a sua dinâmica de trabalho.
3. Com relação a pergunta 3 (Qual o perfil socioeconômico dos usuários (a), que buscam atendimento no Centro de Referencia Especializado de Assistência Social?) ela foi feita para responder ao objetivo específico “Desvendar o perfil da mulher vitima de violência domestica atendida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social”. Desse modo, é melhor direcionar para este público específico, ficando assim: Qual o perfil socioeconômico das mulheres vítimas de violência doméstica que buscam atendimento no Centro de Referencia Especializado de Assistência Social?)

Considerando a problemática apresentada este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral compreender como se dá a prática da equipe multiprofissional no centro de Referência Especializado de Assistência Social no Combate da Violência Doméstica.

Tem como os objetivos específicos: Desvendar o perfil da mulher vitima de violência domestica atendida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social; O segundo

objetivo específico é discorrer sobre o conceito de violência doméstica, relação de gênero e patriarcado; Portanto, o terceiro objetivo especifica conhecer as políticas públicas de combate à violência contra a mulher no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Fortaleza, 25 de maio de 2017.

Cordialmente

**ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: \_\_\_\_\_ desenvolvida por \_\_\_\_\_. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por \_\_\_\_\_, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) \_\_\_\_\_. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é \_\_\_\_\_. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a):

\_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha:

\_\_\_\_\_

